

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Neste número

*Informação Bibliográfica
Trabalhos publicados
em 1992-93*

Vol.12
1994

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rituais funerários dos dois lados do Atlântico

Clara Saraiva

*Centro de Antropologia Cultural e Social (CACs)
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)*

Resumo. De um e outro lado do Atlântico a noção de que o corpo do morto é acima de tudo um objecto sócio-cultural que serve de suporte aos cultos dirigidos aos vivos e à necessidade de exorcizar a morte para se poder viver com ela, apresenta configurações totalmente opostas. No Portugal rural a integração do morto na comunidade e na família (sobretudo no Norte do país) espelha uma continuidade de práticas assaz interessantes no quadro da etnografia europeia; na América, o morto é assunto de especialistas e é apresentado à família e à comunidade apenas e só após um ritual de purificação que o transforma num símbolo americano de ideais de pureza e beleza transpostos para a morte.

Palavras Chave: Morte; Rituais Funerários; Portugal; "Funeral Directors".

Résumé. L'ethnographie de la mort au Portugal et aux Etats Unis montre deux ensembles de pratiques divergentes: d'un côté la mort, encore souvent prise en charge par la famille et le cercle de connaissances, est acceptée dans sa réalité physique; de l'autre, cette réalité est niée: des professionnels de la thanatopraxie embaument un cadavre qui sera présenté à la famille après être passé par un processus de purification le transformant en l'emblème d'idéaux essentiels à la culture américaine. La persistance au Portugal de pratiques autrefois largement répandues en Europe permet de s'interroger sur les modèles d'évolution proposés en matière d'attitudes devant la mort, ainsi que de réaffirmer l'intérêt d'une approche attentive aux variations synchroniques de ces dernières.

Mots-Clef: Mort; Rites Funéraires; Portugal; "Funeral Directors".

Os estudos já clássicos de Philippe Ariés (1988; 1989) relativos às atitudes perante a morte ao longo dos tempos, definem dois pólos centrados no modelo antigo da “morte domesticada”, para a qual as pessoas se preparavam e eram acompanhadas pelos seus familiares e amigos, e a “morte selvagem”, inerente à modernidade e à sociedade actual, em que o moribundo morre isolado da família nas instalações hospitalares e a morte é um assunto tabu, acerca do qual se evita falar. Nos estudos de Ariés apercebemo-nos de que é no meio rural da Europa meridional que alguns modelos mais antigos e mais próximos do conceito da morte “partilhada”, acompanhada, subsistem. É este o caso do meio rural português, sobretudo nas regiões onde o modelo da sociedade europeia “moderna” tem demorado a instalar-se.

O modelo histórico e evolucionista proposto por Ariés (e por outros historiadores), fornecendo um pano de fundo orientador das perspectivas perante a morte não dá, no entanto, conta das realidades etnográficas. No Portugal actual podem-se observar rituais funerários que exprimem duas realidades: uma que remete para comportamentos marcadamente arcaizantes, ao mesmo tempo que nos surgem casos em que a modernidade se impõe e a morte passa a ser assunto de especialistas.

Analisarei aqui um quadro balizado por dois extremos: o do meu trabalho de terreno na zona Leste dos Estados Unidos e os resultados da pesquisa realizada em Portugal. De um e outro lado do Atlântico a noção de que o corpo do morto é acima de tudo um objecto sócio-cultural que serve de suporte aos cultos dirigidos aos vivos e à necessidade de exorcizar a morte para se poder viver com ela, apresenta configurações opostas. No Portugal rural a integração do morto na comunidade e na família (sobretudo no Norte do país) espelha uma continuidade de práticas assaz interessantes no quadro da etnografia europeia; na América, o morto “pertence” aos especialistas e é apresentado à família e à comunidade apenas e só após um ritual de purificação que o transforma num símbolo americano de ideais de pureza e beleza transpostos para a morte.

No novo mundo — os “Funeral Directors”

Os “funeral directors” constituem um grupo profissional sobre o qual recai a responsabilidade de todo o processo pós-mortem — são eles que se encarregam da remoção do corpo das instalações hospitalares (onde normalmente a morte ocorre), transportando-o para a “funeral home”, de onde o corpo sai para o cemitério ou outro local de disposição final. Entre a chegada do corpo à casa funerária e a sua saída para o cemitério há todo um complexo ritual funerário que se tornou conhecido como “the american way of death” (Mitford 1963) e que incentivou o crescimento do grupo de “funeral directors”. Este complexo funerário

tem a ver com práticas muito específicas nos cuidados que se devem dedicar ao cadáver — o “embalming”— e a sua preparação para o confronto final com os vivos; o corpo que é apresentado no “wake” (também denominado “calling hours”) é um corpo transformado pelos peritos da morte num símbolo que retrata uma série de modelos americanos, presentes em vida e valorizados na morte, tais como os ideais de limpeza, purificação e do “the looks” e a concepção de que a morte não pode modificar a aparência física da pessoa. O horror perante o processo natural de putrefacção do cadáver alimentou o surgimento de técnicas que permitiram o desenvolvimento de um grupo especializado no “controle” da morte e do cadáver a um ponto que não encontra paralelo no Velho Mundo⁽²⁾. O “decent funeral” é um ideal aceite como parte da vida americana, ultrapassando divergências étnicas, e o “funeral director” é a peça central desse cenário: “It is taken for granted that his services are to be used in the burial of the dead” (Habenstein 1962:5).

Identidade profissional: evolução e consolidação

Os cangalheiros dos primórdios americanos tinham exactamente as mesmas características que os seus correspondentes europeus; eram fabricantes de mobílias que construía e vendiam caixões e outros objectos funerários. Os jornais coloniais publicitavam os “undertakers” como alguém que “se encarrega do fornecimento dos serviços e parafernália funerária” (Habenstein 1962:169). A preparação dos corpos e os restantes rituais funerários eram da responsabilidade dos familiares, vizinhos e amigos e era na casa da família que o velório tinha lugar, um modelo em nada divergente do seu homónimo europeu de então.

É com a Guerra Civil americana que a prática do embalsamamento se desenvolve, adquire significância e vai fazer com que o âmbito de acção dos “undertakers” se expanda. O grande centro de desenvolvimento dessas técnicas era Washington D.C. onde se viam anúncios publicitários tais como: “Corpos embalsamados por nós nunca enegrecem, mas conservam a sua cor e aparência natural...”. O cortejo fúnebre de Lincoln e o velório em que o seu corpo embalsamado foi exposto publicamente contribuíram para a crescente popularidade do novo hábito de preservar o cadáver, ultrapassando-se o processo natural da putrefacção.

No final da guerra estas tarefas tinham passado das mãos dos farmacêuticos e médicos para as de companhias especializadas e de “undertakers”, que se constituíam assim em firmas dedicadas a tais actividades a tempo inteiro.

O embalsamamento foi o ponto fulcral para uma crescente ênfase posta no corpo e na vitória sobre os processos naturais de deterioração e putrefacção do corpo. Com a possibilidade de reter o cadáver na superfície por um tempo

substancialmente mais longo, valorizaram-se processos de “restauração” e “embelezamento” que rapidamente se desenvolveram. Seguindo um tendência de imitação comum nas sociedades humanas as famílias, vizinhos e amigos tinham orgulho em seguir as novas “modas” funerárias e era prestigioso utilizarem-se os serviços de uma firma especializada. Segundo Foreman (1974) já na segunda metade do século XIX os “undertakers” eram considerados peritos do embalsamamento, requerido pelas famílias em nome de ideias de sanidade pública e beleza, mas não só. Estes profissionais realizavam um serviço para o “bem da comunidade” e o aumento do número de indivíduos que ingressaram nessa ocupação bem como a crescente preocupação com a profissionalização traduz-se no aparecimento das primeiras escolas de ciência mortuária.

Temos assim um quadro de mudança em que se dá a transição de um cenário em que a morte era um assunto familiar, para o desenvolvimento de uma classe profissional especializada que presta estes serviços à comunidade. Esta mudança aliada e reforçada pela progressiva importância dada ao embalsamamento é a base do cenário que hoje se apresenta nos Estados Unidos.

Pureza e perigo

Ser-se “funeral director” na América significa fazer-se parte de uma classe altamente especializada, característica de uma sociedade laicizada modernizada e tecnicista, onde a profissionalização é um valor importante. Os serviços que os “funeral directors” fornecem dirigem-se ao tratamento do morto mas também ao consolo dos vivos e, para além da perícia médica que lhes permite fazer o “embalming” eles invocam igualmente uma educação a nível da psicologia que legitima a sua actuação como “doctors of grief” junto das famílias doridas.

Apesar disto, o “ex-libris” dos “funeral directors” é, sem dúvida, o produto acabado apresentado à família no velório. O cadáver surge com a aparência de uma pessoa que dorme, como um não-morto, embalsamado e restaurado, visto na sala da “funeral home” como um símbolo de perfeição que, de certo modo, mostra uma tendência para adiar a morte (Thomas 1985:183). A exacerbação do ritual das últimas homenagens ao defunto surge nos Estados Unidos como símbolo último dos ideais americanos (Spindler e Spindler 1983) segundo os quais a morte não deve mudar uma pessoa, e de como o “the looks”, a aparência física dos indivíduos é de importância capital, mesmo quando ele já não pertence ao grupo dos vivos. Para além disso, a especialização na restauração dos cadáveres, justificada por ideais racionais de higiene e saúde pública, permite na realidade ultrapassar o horror que os americanos têm à putrefacção, isto é, culturalizar “à americana” o processo de decomposição do corpo. Só assim os americanos se

podem confrontar com o defunto, transformado e que deixa de ocupar o lugar central que tinha nos velórios tradicionais para passar a ser um ícon de uma pureza artificial que lhe é imposta pelos sobreviventes incapazes de, numa sociedade onde os ideais de beleza e felicidades são soberanos, olhar de frente a morte na sua faceta mais terrível, o corpo em decomposição.

Após a morte, o corpo é levado pelo agente funerário para a casa funerária (a "funeral home") e no "preparation room", uma sala escondida nos bastidores, o corpo é tratado. São feitas determinadas incisões e retirados os líquidos corpóreos e é injectada uma solução à base de formol, que é suposta fazer parar o processo natural de decomposição e o corpo é "restaurado". Essa restauração consiste numa maquilhagem, que dá especial atenção às partes visíveis, cara e mãos; em seguida, a pessoa é penteada e vestida. Normalmente tenta-se vestir e arranjar a pessoa a partir de uma fotografia que os familiares fornecem, que dê a imagem dela num dia feliz da sua vida, por exemplo, no casamento de um filho.

Este corpo que é apresentado ao público é importante para se perceber uma série de ideais americanos, porque é um corpo purificado, transformado, e só assim é que os americanos se confrontam com ele.

As explicações para este ritual diferem. Ariés (1989:59-63) refere que o caso americano é talvez um dos protótipos da concepção tabu da morte, no quadro de uma modernidade muito pertinente. O interdito é aí substancializado numa forma única da sua recusa; mas enquanto que na Grã-Bretanha se nota uma supressão radical de tudo quanto evoca a morte, nos Estados Unidos ela é disfarçada, sublimada. O corpo que é apresentado aos vivos não tem a aparência de morto, mas de vivo.

Vovelle (1983) menciona sobretudo os aspectos económicos ligados a um tratamento bastante oneroso que denota a importância de se mostrar, através dos gastos com o funeral, o carinho que se dispensa à memória do falecido. À ênfase posta neste aspecto não são alheios os interesses comerciais dos "funeral directors" que facilmente manipulam as decisões das famílias relativamente aos gastos funerários.

Por outro lado, alguns antropólogos, como L.Vincent-Thomas, (1985:125, 147, 160,213) salientam o papel do ritual americano na ajuda aos doridos no trabalho de luto. Comparando as práticas funerárias americanas às cerimónias das segundas exéquias de algumas sociedades, o autor sugere que o ritual de morte é uma forma de catarse e uma maneira de ultrapassar o vazio provocado pela morte, através da possibilidade de prolongar a última relação com o morto. À reiteração da ideia de que a ritualização é uma terapia eficaz contra a angústia da morte, associa-se a noção de que quanto mais complicado e prolongado fôr o ritual, mais fácil é o trabalho de luto.

Mas para se discernir o significado deste ritual tem de se ultrapassar determinismos económicos e mesmo os que põem a tónica no inconsciente colectivo e de olhar para além disso, para os ideais americanos da beleza física e de horror à putrefacção e à poluição do corpo. Nenhum americano iria a um velório se o corpo não tivesse anteriormente sido purificado. O corpo no seu processo natural de decomposição, é considerado perigoso, o que suscita comentários como este, que me foi feito por um “funeral director”: “Que esquisito, vocês, na Europa, deve estar tudo cheio de bactérias, porque não embalsamam os mortos, como é que vocês podem estar no velório?...”

O tratamento dos mortos hoje

Em Portugal, no início da última década deste século a agência funerária é uma instituição corrente, quer nas cidades, quer nas aldeias. Mesmo em zonas mais rurais onde, até há relativamente pouco tempo eram as famílias (com a ajuda de amigos e vizinhos) que tratavam do corpo e de contratar o padre para os serviços fúnebres, a tendência actual é a de que a agência funerária da zona se ocupe de todo o processo relativo ao morto⁽³⁾.

As agências funerárias são de dimensões e níveis muito díspares entre si, desde as mais antigas, da segunda metade do século XIX (1860, 1870) que se encontram nas principais cidades, às de menor dimensão, “tipo quiosque” de artigos religiosos clássicos (terços, imagens de Nossa Senhora de Fátima e de outros santos, etc.), ou outras em que o aspecto é igualmente o de um pequeno comércio retalhista — mas a ênfase é posta nas decorações florais (fig. 1), e ainda as que consistem apenas de uma porta e de um guarda-vento com uma cadeira e mesa para atendimento dos clientes. Em vários locais da província, o agente funerário é na realidade o dono de um estabelecimento de venda de móveis, electro-domésticos ou outros artigos — consequência natural da antiga actividade de fabricantes de móveis e caixões.

Hoje em dia todas as agências (mesmo as mais pequenas) recebem as urnas directamente de grandes fábricas especializadas e a pequena agência autónoma, com capacidade de produzir os bens — e os serviços — que vendia deixou de existir. Os agentes funerários falam com orgulho dos tempos em que “tudo era feito na casa”, do mesmo modo que afirmam a necessidade de se acompanhar o progresso e se comprarem os modelos mais modernos de urnas (“É como na moda, todos os anos saíem modelos novos!”, explicou-me um dos entrevistados), tipo “francês”, “americano”, “modelo Coimbra”, etc. A capacidade de aguentar a passada da mudança e a publicidade decorrente do saber respeitar os gostos dos clientes dá prestígio à agência. É esta a tónica posta quando me mostravam as salas de exposição, onde as famílias escolhem a urna pretendida.

Sendo a peça mais cara de toda a parafernália funerária, é ela (mais precisamente, o seu custo) que serve como elemento sublinhador do luxo que se pretende dar às cerimónias. O costume de se paramentarem as paredes, portas e janelas desapareceu completamente nas cidades, e só se encontra nalgumas aldeias isoladas. Os panos pretos bordados que decoravam a câmara ardente foram muitas vezes substituídos por modernos panejamentos em forma de écrans de suspensão metálica que se usam como pano de fundo do local do velório. Neles figuram versões actuais das antigas alminhas, com motivos alegóricos da salvação das almas do Purgatório.

Nas cidades a morte dá-se normalmente nas instalações hospitalares e, consoante as políticas dos hospitais, é o pessoal da morgue ou o agente funerário quem veste o morto. O velório tem lugar nas capelas mortuárias e daí o corpo segue para a igreja e cemitério. Em qualquer dos casos a ligação com a “casa” é cortada num momento que antecede mesmo a própria morte, já que o doente é retirado da sua casa familiar e colocado num espaço exterior, neutro para ele de um ponto de vista afectivo. O cadáver passa das mãos dos médicos para as mãos dos agentes funerários, e já não é a família que lida com ele.

A morte nas cidades portuguesas insere-se assim no modelo clássico do mundo ocidental, onde sobretudo entre 1930 e 1950 se acentua a tendência de enviar o doente para morrer no hospital (Ariés 1989:56). Parece-me que o interessante no caso português são justamente as realidades que fogem a este modelo, e que se situam, regra geral, fora dos centros urbanos⁽⁴⁾.

A morte da “casa”

O conceito da morte como algo que diz respeito a toda a comunidade é próprio do meio rural, por oposição ao meio urbano, onde tais acontecimentos têm significância para os elementos dos subgrupos a que o individuo pertencia, mas não para o conjunto alargado dos cidadãos, a não ser que o morto seja uma figura pública.

A ligação com a casa de origem, apanágio da perspectiva da “boa morte” (Goldey 1985), tinha um papel de relevo nas zonas do extremo Norte do país, do Minho litoral ao interior transmontano. Isto explica-se pela extrema importância que aqui detinha a actividade rural. No Minho, a emigração de elementos da casa tinha não raro em vista permitir a continuidade dessa mesma casa, que muitas vezes não podia suportar todos os seus membros. Do mesmo modo, as práticas de herança testemunhavam a importância da continuação da casa, através de estratégias diversas visando manter o seu património indiviso como o casamento de apenas o filho que herdava a casa, o previligiar o descendente que cuidasse dos pais na velhice e até às suas mortes, etc.

No Minho rural a casa de lavoura era uma entidade una, com vida e individualidade própria e os seus elementos eram conhecidos não pelo apelido da família mas pelo nome da casa. Na morte, esta expressão da casa era continuada, e continua a sê-lo, e é comum ser a família ou os vizinhos a lavar e vestir o morto⁽⁵⁾. Existem também pessoas tradicionalmente encarregadas de lavar e vestir o morto e tratar de outros pormenores relativos ao funeral, como sendo o homem “que corre com o enterro”. Estes serviços não têm carácter remuneratório, e são vistos como uma ajuda à família dorida nesse tempo doloroso.

Deste modo, nas freguesias da Ribeira minhota, onde a casa de lavoura tradicional detém ainda um grande peso, as relações familiares que se estabelecem no seio dessa unidade de produção são também muito importantes. Aí, é deplorado e criticado expulsar-se o morto da casa⁽⁶⁾. O velório deve ter lugar na residência, e não numa capela⁽⁷⁾.

As lápides do cemitério contêm inscrições nas quais figura num lugar de destaque o nome da Casa — Casa do Trinta, Casa do Fino, Casa do Cabeixo, etc. — e não o apelido oficial da família. A denominação que era dada às pessoas em vida continua assim para além da morte. Numa zona em que a propriedade individual tem tão grande valor, as sepulturas participam desse sentimento de posse e são em geral propriedade de cada casa. Na maior parte dos cemitérios as antigas sepulturas foram renovadas e são agora ricamente revestidas de pedra mármore, com lápides gravadas a dourado onde, no cabeçalho se lê o nome da casa (fig. 1). Isto é, mesmo que no ritual fúnebre do velório o morto tenha sido relegado para fora da casa, no cemitério continua a ser visível a permanência da importância dessa relação, e até mesmo uma sobrevalorização desse elemento. Por cima das pedras tumulares acumulam-se pequenas lápides com inscrições relativas a cada morto, individualmente. Mas a cabeceira da sepultura familiar, com o nome da casa em grandes letras e abrangendo a totalidade do espaço, é bem o símbolo identitário da relação de continuidade que se estabelece entre os vivos e os mortos. Todos os sábados ou após a missa dominical a família ou algum elemento da casa desloca-se ao cemitério para cuidar das sepulturas. Os rituais de limpeza e ornamentação a que as pessoas se dedicam são dos mais rigorosos que já presenciei. As pedras tumulares e lápides são meticulosamente esfregadas com uma escova e detergente, após o que são secas e polidas e enfeitadas com flores naturais, renovadas com uma periodicidade tão assídua que quase só se vêem flores frescas, e o aspecto do cemitério é o de um jardim florido (fig. 2).

Em Trás-os-Montes, o modelo vigente hoje mantém a forma original de há décadas. Existem algumas capelas mortuárias, mas, fora das cidades, elas são raramente usadas. Uma família que, na aldeia, mande o seu morto para fora de casa será severamente criticada por todos por não ter respeitado os costumes sociais e não ter cumprido os últimos deveres para com o defunto. O mesmo



Fig. 1



Fig. 2

preceito é seguido na serra da Arada (Arouca), onde se continua a pensar que o morto deve “saír de casa” (para o cemitério) e não de um local anónimo como a capela mortuária.

Se há regiões onde estes ditames sociais continuam a ter pertinência, a verdade é que as pressões (sobretudo da parte dos agentes funerários e do clero) no sentido de uma modernização e uniformidade são recorrentes. No Barroso, em Montalegre, estava-se no Verão de 1992 a finalizar o arranjo de uma pequena igreja não longe da igreja paroquial onde, numa sala contígua, se ía instalar a capela mortuária. O padre tinha já anunciado a sua inauguração para breve, permitindo às pessoas que não tivessem casa em condições levarem para lá os seus mortos, de modo a serem-lhe ali prestados os últimos respeitos.

São várias as zonas do país onde se verifica que, a partir do momento em que existe uma capela mortuária todos passam a usá-la e é mesmo um factor de prestígio o morto não ficar em casa. Assim, no concelho de Gouveia, colaborei na preparação de um velório de uma senhora que, morta em casa durante a noite, foi vestida pelo agente funerário e seus ajudantes e de imediato colocada na urna e levada para a capela mortuária do lugar, onde se armou a câmara ardente. Isto deu-se antes do meio dia e provocou graves perturbações. A velha senhora era católica e é costume nesse lugar as mulheres irem vestidas de branco para a sepultura, mesmo nos casos em que tenham sido casadas. Note-se que esta idosa vivia sózinha e o filho fazia parte da comunidade de Testemunhas de Jeová da freguesia. Enquanto que uma comadre dava indicações aos agentes funerários de como desejava os pormenores — vestido, meias, sapatos e véu branco; urna das melhores — o filho declarou desde logo que transferia as suas responsabilidades para os agentes funerários (“Os senhores tratem de tudo. Eu sou Testemunha de Jeová, por isso os senhores tratem de tudo!”) e que não era preciso trazerem material do melhor⁽⁸⁾ já que, de qualquer modo, “vai tudo para debaixo da terra!”. Mais que a declaração do desprezo pela riqueza da parafernália funerária ou o facto de não ter ajudado — nem a depositar o corpo na urna, nem a carregá-la para a capela — as críticas feitas pelos vizinhos tinham a ver com a falta de vergonha do filho, de não querer ir velar a mãe. Enquanto membro de uma outra religião o filho não iria ao velório nem à missa de corpo presente. Constituíam uma aberração para toda a gente o facto de os laços afectivos que o deviam unir à sua progenitora não serem mais fortes do que a obediência a padrões religiosos impeditivos de prestar a última homenagem à mãe.

Para além da nota relativa aos conflitos entre uma maioria católica e as minorias de outras religiões que vêm interferir com tradições antigas acerca do que deve ser o enterro e todo o conjunto de rituais fúnebres, é de referir que a capela mortuária tinha sido oferta de um conjunto de emigrantes de Nova Jersey, conforme constava de uma lápide na parede da capela. Trata-se de uma zona em que tradicionalmente as pessoas se dedicavam às actividades pastoris e onde

a indústria de lanifícios se desenvolveu em larga escala e empregou uma grande parte da população. A viúva em questão vivia num bairro operário construído em tempos pela Companhia de Lanifícios da Covilhã para os seus operários.

A par destas inovações constata-se a permanência de práticas antigas, disseminadas por diferentes zonas, e que nos surgem, assim, como “focus” de resistência à tendência uniformizadora dos ritos de morte.

Em Oleiros, na Beira Baixa, está ainda em vigor “a corda”, uma forma de organização que ordena a comunidade em várias unidades segundo razões de vicinalidade e que impede que o morto seja deixado ao abandono. Os membros da “corda” têm uma estrita obrigatoriedade de comparecer a prestar os últimos respeitos ao morto, no velório, na missa de corpo presente e no cemitério, e era costume aplicarem-se multas aos faltosos. São igualmente os elementos da “corda” que fornecem a comida aos doridos nos dias que se seguem à morte. Se não há alguém que possa cozinhar, a família enlutada vai fazer as refeições ao restaurante e é a “corda” que paga as despesas. Acontece mesmo que, no caso de famílias mais tradicionais que não querem ir ao restaurante, este vá servir à residência, mas é sempre a “corda” a suportar os encargos.

Em 1993, na serra do Marão, a casa era ainda armada para o velório segundo os preceitos antigos: nas habitações mais pobres são as colchas e os lençóis de linho, carregados da pureza simbólica associada a esta fibra enquanto elemento purificador (Oliveira *et al.* 1978:184) que transfiguram o espaço doméstico e a rudeza das paredes. Nalgumas freguesias da serra ainda se paga o funeral ao padre em géneros.

Na província alentejana, nomeadamente em certas aldeias do concelho de Estremoz, a carreta continua a ser usada no cortejo fúnebre. As razões desta preferência ultrapassam o foro económico dado que há casos em que os agentes funerários fornecem o carro sem aumento de custo, e explicam-se pelo desejo das pessoas acompanharem mais de perto o defunto até à sua última morada.

A aceitação da inovação que o carro funerário constituiu não se deu de igual modo por todo o lado. Em Idanha, onde há apenas um centro médico, as pessoas gravemente doentes são mandadas para o hospital distrital, em Castelo Branco e, em caso de morte, contrata-se aí o agente funerário e não o de Idanha, que perde a freguesia. Sem meios para comprar um carro funerário, (só tem a sua carreta puxada à mão) vê-se preterido em favor dos colegas que o possuem, já que as pessoas querem ir a enterrar num luxuoso carro funerário e não numa carreta.

No concelho de Vila do Rei só à força o agente funerário local conseguiu convencer as pessoas a utilizá-lo. Em Arganil, foi-me relatado que vários idosos se dirigem ao cangalheiro recomendando-lhe que, quando a morte sobrevier, não desejam ser conduzidos ao cemitério no carro funerário, mas sim levados à mão pelos seus filhos ou outras pessoas que lhes fossem chegadas. De um modo geral

por todo o país, a morte de um jovem (que maiores problemas traz à comunidade, por lhe ser subtraído um membro ainda válido, e também porque a maior parte das vezes a morte dos mais novos se enquadra na esfera da “má morte”⁽⁹⁾, violenta ou por acidente, que não se espera e para a qual as pessoas não se encontram preparadas) provoca uma forte reacção da comunidade, expressivamente manifestada na maneira de condução do morto para o cemitério, feita à mão pelos seus colegas e companheiros, que deste modo lhe prestam uma última homenagem.

A importância da forma da última homenagem parece directamente ligada ao prestígio da figura do morto e à honra da família, embora se traduza de maneiras diferentes conforme o grau de penetração das inovações trazidas pelas agências funerárias.

É curioso ainda ver — e passando agora para o meio urbano e para o plano das novidades — como alguns agentes funerários de Lisboa e Porto consideram o caso americano como um ideal. Um senhor com quem falei tinha uns panfletos sobre produtos de embalsamamento americanos e dizia-me: “Isto é que é! Eu gostava de poder fazer a mesma coisa, mas, aqui, não há maneira!”

Esta valorização de um profissionalismo cuidado que se sabe existir nos congéneres do Novo Mundo encontra algumas realizações muito ténues em Portugal. Em Loulé, falei com o dono de uma agência funerária que, influenciado por esses corpos lindíssimos — como ele diz — que recebe às vezes, da América, de famílias de emigrantes, resolveu começar a pôr um “bocadinho” de pó-de-arroz e de baton nos seus mortos. A iniciativa parece resultar: nas capelas, sobretudo quando há dois mortos lado a lado, as pessoas dizem logo: “Este é muito mais bonito, está muito mais bem arranjado; o outro está sem côr, está muito feio!”

Os elementos que referimos, devidamente aprofundados e ampliados podem constituir a base para uma reflexão com vista à elaboração de um quadro da etnografia da morte em Portugal. Embora assumidos como pontos de partida, eles mostram que esse quadro estabelecido pelos historiadores de uma linearidade muito clara pode ser refutado, se tivermos em devida conta as diversidades que (ainda) existem no território nacional, que desenham níveis de evolução na relação com a morte assaz diferenciados, demonstrando que vivemos um período de rápidas e irreversíveis mudanças e que urge registrar os resíduos de práticas antigas ainda observáveis.

Dos dois lados do Atlântico

Temos assim dois cenários antitéticos: do lado de lá a “morte selvagem” da civilização tecnicista em que o cadáver está completamente nas mãos de especialistas e surge como produto elaborado que se vende e, do lado de cá do

oceano, permanências de rituais antigos que acentuam o mais estreito relacionamento entre o morto, família e comunidade próxima e que continuam apesar da modernidade invasora. Estranhamente é no caso da sociedade americana que é hipervalorizado o ritual da velada do morto, prolongado não raro por três ou mais dias, enquanto que em vários países europeus ela tem tendência a desaparecer. Mas esta velada é qualitativamente diferente dos velórios que se realizam nas aldeias transmontanas portuguesas. Estes são cerimónias em que o morto ocupa, enquanto tal, o lugar de destaque. Na América, o personagem deitado na urna é um ser transformado que serve sobretudo os vivos, permitindo-lhes encarar a morte. Um ritual importado, segundo os historiadores (Ariés 1989:166) do Velho Mundo, dos costumes mediterrânicos de velar o corpo com a urna aberta foi transformado num símbolo de uma sociedade, através de uma especialização que adquiriu vulto no Novo Mundo justamente porque respondeu a ânsias profundas da mentalidade americana. Numa sociedade de “self-made men”, de sucesso, a morte representa uma derrota e é portanto necessário exorcizá-la, transformá-la mediante um rito rico em significados, e justificado afinal por valores tão triviais e aparentemente simples como o são o da especialização profissional, da saúde pública e da beleza, preservando dos que partem para o outro mundo, nesse derradeiro tempo entre os vivos, a sua melhor imagem. A explicação para o êxito de tais práticas, aparentemente contraditórias, na América, está afinal no inconsciente colectivo dos próprios americanos, na sua preocupação em ultrapassar a poluição do cadáver em putrefacção. Isto consegue-se através do surgimento de uma classe especializada que, concentrando o fenómeno da transformação e purificação do morto, chama a si todas as instâncias poluidoras que estão, no Portugal rural, ainda repartidas por diferentes agentes e tempos: a família enlutada, o agente funerário, o padre, o grupo social a que o morto pertencia, etc. A centralização da poluição exorcizada pelo seu especialista e consubstancializada na sua obra de arte final — o corpo embalsamado — permite que os rituais fúnebres americanos sejam defendidos como uma contribuição importante para se ultrapassar a dor que a morte de um ente querido acarreta. A prova de que a visão do cadáver purificado é de importância crucial é reforçada pelo facto de mesmo corpos destinados à cremação, serem igualmente embalsamados e preparados para o “final viewing”.

E, em Portugal, para além do morto se apresentar como “morto” e não ser normal as pessoas verem um cadáver maquilhado, existem diferenças fundamentais que dizem respeito a outras constantes culturais.

As funções dos agentes funerários portugueses ficam muito aquém do quadro de especialização — que se prende com a criação de um corpo teatralizado — que se observa nos Estados Unidos e penso que nunca atingirá um tal nível de igualdade. Alguns agentes funerários disseram-me que não se maquilham os mortos em Portugal porque os padres (católicos) não deixam. Remeto para o

confronto entre mentalidades católicas e protestantes patente nos relatos do séc. XIX⁽¹⁰⁾, de ingleses horrorizados que descrevem o carácter público e a familiaridade com a morte, observada quando o cortejo com os Santos Sacramentos chegava a casa do moribundo e a população entrava para assistir à chegada da morte, que era assim alvo de olhares curiosos, no ponto de vista dos ingleses perfeitamente impúdicos e descabidos.

Na realidade, são duas visões opostas que se prendem com o grau de familiaridade com a morte e, acima de tudo, com fobias e ideais próprios de cada cultura: o horror anglo-saxónico à promiscuidade íntima com a morte e à sua impureza e, por cá, uma abertura maior para aquilo que é sentido como facto social que afecta toda a comunidade.

Para lá da multiplicidade de formas que, conforme as culturas, assume o corpo do morto, ele é, acima de tudo, um objecto sócio-cultural que serve de suporte aos cultos dirigidos aos vivos e à necessidade que todos os humanos sentem de exorcizar a morte de modo a poderem viver com ela. O perigo de contaminação que o cadáver representa é um fenómeno universal: a diferença está nas formas que cada cultura cria para o ultrapassar. De um e outro lado do Atlântico o que temos são dois quadros completamente distintos: o que é valorizado num lado é considerado horroroso no outro.

A morte apresenta um quadro de respostas culturais que espelham a necessidade de ritualizar e criar espaços próprios para a enfrentar: contextos plenos de inovações mas em que as permanências são muito importantes.

Em conclusão, retomamos duas expressões emblemáticas referidas a duas realidades distintas e profundamente diferenciadas.

Num panfleto distribuído pelos agentes funerários americanos (fig. 3), e que pretende incentivar as pessoas a fazer o que denominam “pre-arrangements” — a preparar a sua morte e deixar de antemão fixada a maneira como quer que o corpo seja tratado, a forma de disposição final, o tipo de urna, etc, decidido — vêem-se pessoas a entrar para um avião e a partir para o céu e um cabeçalho onde se lê: “For your final destination, smooth the way. Plan ahead”, isto é, “Para o seu destino final, prepare a sua viagem”, tal como prepara a sua viagem às Bahamas.

Entre isto e uma declaração que se costumava fazer em Trás-os-Montes⁽¹¹⁾, na altura do velório, em que a pessoa chegava ao pé do morto, aspergia o corpo com água benta e dizia: “Foste vivo, morto és; para que não me apareças, eu te beijo os pés”, há realmente uma grande diferença que é interessante aprofundar.



Fig. 3

Notas

- (1) Texto elaborado a partir de uma comunicação apresentada ao Congresso da APA, 11 de Fevereiro de 1993.
- (2) Embora L.-V. Thomas (1985) refira a tanatopraxia como bastante desenvolvida em França, esta parece ser um fenómeno específico dos grandes centros urbanos e não significativo para todo o país.
- (3) Ao contrário do caso dos Estados Unidos em que a classe profissional está definida, existe legislação adequada e uma preparação escolar de nível superior, assim como associações profissionais de renome, em Portugal para se abrir um tal estabelecimento basta ter um alvará, não há legislação específica sobre este tipo de serviços e a associação que chegou a ter um precário início não resistiu ao 25 de Abril de 1974.
- (4) Sem dúvida que seria interessante saber como é que se passa exactamente o tratamento do morto nos meios urbanos, mas não disponho de momento de dados significativos; de igual modo, a antropologia urbana em Portugal está ainda nos seus inícios (Durand 1991) e os escassos estudos sobre a morte em Portugal cingem-se a comunidades rurais e não às cidades.
- (5) A não ser que a morte ocorra no hospital, caso em que é o agente funerário que disso se ocupa.
- (6) Pina Cabral 1985: 68; 1989: 248.

- (7) Todos os dados aqui apresentados foram recolhidos em trabalho de campo extensivo que iniciei no Verão de 1992 e que continua (Novembro 1993); deste modo, o que aqui fica dito não é, de maneira nenhuma, final, já que tenciono prosseguir a investigação.
- (8) Nas freguesias minhotas em que se usa a capela, ela é quase sempre construída na contiguidade ou proximidade da igreja paroquial e dos cemitérios (Pina Cabral e Feijó 1985).
- (9) As Testemunhas de Jeová não concordam com a pompa dos funerais católicos.
- (10) Pina Cabral 1985: 67; 1989: 247.
- (11) Pina Cabral e Feijó 1985:187-188.
- (12) Quando vim a Portugal no decorrer da minha pesquisa nos Estados Unidos, e ao falar com amigos sobre o meu trabalho era vulgar ouvir comentários tais como: "Que horror! Que macabro, maquilharem os mortos para os fazerem parecer vivos!"
- (13) Referido por Lourenço Fontes, na sua *Etnografia Transmontana*, vol. I pág. 115 (Montalegre 1979).

Bibliografia

- Ariés, P. 1988. *Atitudes do homem perante a Morte*, vol. I e II. Lisboa, Europa América.
- Ariés, Philippe. 1989. *Sobre a História da Morte no Ocidente, desde a Idade Média*. Lisboa, Teorema
- Durand, Jean-Yves. 1991. "Où la terre s'acheve et la mer commence. Une.....": in, *Terrain*, 17 Outubro.
- Foreman, M. 1974. The professionalization-bureaucratization dilemma: the case of the funeral director", in: *International Journal of Contemporary Sociology*, Out. 1974.
- Goldey, Patricia. 1985. "A boa morte. Salvação pessoal e identidade comunitária", in: *A Morte no Portugal Contemporâneo*, org. Rui Feijó, Hermínio Martins e João Pina Cabral. Lisboa, Querco.
- Habenstein, R. W. 1962. *The History of American Funeral Directing*. National Funeral Directors Association of the United States. Milwaukee, Inc. Bulfin Printers.
- Mitford, Nancy. 1963. *The American Way of Death*. New York, Simon and Schuster.
- Oliveira, E. V. et al. 1978. *O Linho*. Lisboa, INIC.
- O'Neill, Brian. 1984. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. Lisboa, D. Quixote.
- Pina Cabral, J. 1985. "Os cultos de morte no Noroeste de Portugal", in: *A Morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Querco.
- Pina Cabral, J. ; Feijó, R. 1985. "Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo", in: *A Morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Querco.

- Pina Cabral, J. 1989. *Filhos de Adão, Filhos de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa, D. Quixote
- Saraiva, M. C. 1988. "Dirty work or Treasured practise. Funeral Directors in the Binghamton Area". Master's Thesis, Dept. of Anthropology. SUNY, Binghamton.
- Saraiva, M. C. 1989. "Funeral directors. The construction of an identity", in: *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa, INIC.
- Saraiva, M. C. 1993. "Le mort maquillé. Funeral directors et fossoyeurs portugais", in: *Terrain* 20, Março 1993.
- Spindler, G. ; Spindler, I. 1983. "Anthropologists view american culture", in: *Annual Review of Anthropology*, 12:119-178.
- Thomas, Louis-Vincent. 1985. *Rites de Mort. Pour la paix des vivants*. Paris, Fayard.
- Vovelle, M. 1983. *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*. Paris, Gallimard.